

Repensando o fazer ciência: uma reflexão sobre as abordagens da epistemologia feminista

Resumo: O presente artigo busca problematizar como as construções de gênero têm moldado a realidade e o comportamento nas sociedades no que diz respeito à exclusão das mulheres da atuação em diversas dimensões de participação, que vão desde a política à produção do conhecimento científico. A partir do questionamento feito por diversas mulheres inseridas no meio acadêmico, são delineadas novas possibilidades, olhares e discursos sobre a produção e manutenção da realidade social. Assim, buscamos relacionar as construções e entendimentos de gênero difundidos em nossa sociedade com a epistemologia feminista, na tentativa de contribuir para a produção de um novo fazer científico, no sentido da produção de uma justiça social e epistêmica.

Abstract: *This article aims to problematize how gender constructions have shaped reality and behavior in societies by excluding women from acting in diverse dimensions of participation from politics to the production of scientific knowledge. From the questioning made by several women inserted in the academic environment new possibilities, points of view and discourses are shaped on the production and maintenance of social reality. Thus, we seek to relate the constructions and understandings of gender spread in our society with feminist epistemology, in an attempt to contribute to the production of a new scientific making, in the sense of producing a social and epistemic justice.*

Introdução

A diferenciação e conseqüente hierarquização entre os gêneros é um processo construído histórica e socialmente, que exalta uma série de características dos indivíduos que seriam pertencentes ao gênero masculino, em detrimento daquelas supostamente atreladas ao feminino. A estruturação binária de tal diferenciação contém justificativas e entendimentos biológicos, culturais, econômicos, políticos e sociais, que impactam a realidade e as interações (ou performances) de indivíduos na sociedade. Diante desse quadro, observa-se uma separação entre a esfera pública, que seria o espaço de poder ocupado pelo homem, e a esfera privada, o ambiente voltado para a dimensão do doméstico e do cuidado ao qual a mulher é inserida. A lógica contida na separação das esferas e de atuação em cada um desses domínios por cada gênero serviu de base para a construção de padrões discursivos que legitimavam a marginalização da mulher, a construção dos papéis sociais e a própria divisão sexual do trabalho entre mulheres e homens (PATEMAN, 1993).

Com a conscientização quanto à ocupação dessa posição subalterna pelo gênero feminino, as mulheres começaram a se organizar e a fazer parte de uma série de movimentos e correntes feministas, no intuito de compreender as origens de tais dominações e combater essas estruturas de poder, seja na luta por direitos e oportunidades iguais, seja na crítica aos padrões e pensamentos difundidos na sociedade. Por meio de diversos processos, as mulheres passam a participar de forma ativa em diversas arenas, questionando as barreiras estruturais estabelecidas, dentre elas as relativas à produção do conhecimento científico, e criando novos meios que levassem em conta a multiplicidade da realidade social e o gênero como elemento central das análises. Vale ressaltar que tais barreiras estruturais refletem ideias e pensamentos de um público dominante, que buscou construir mecanismos hegemônicos de controle sobre diversos grupos marginalizados.

O presente artigo é composto por três partes. Primeiramente, iremos apresentar conceitos de importantes autoras feministas, sendo elas Simone de Beauvoir, Donna Haraway, Judith Butler, Sandra

Harding, Nancy Harstock e Gayle Rubin, no intuito de entender melhor o processo de construção dos padrões de gênero, o estabelecimento dos papéis sociais e a divisão sexual do trabalho. Em seguida, na segunda seção, apresentaremos uma discussão relativa à produção do conhecimento científico, buscando apresentar a epistemologia feminista como meio de se construir uma ciência mais igualitária. Na terceira parte, buscaremos ressaltar os benefícios conceituais e analíticos da epistemologia feminista para entender, com um novo olhar, as vantagens de se compreender a produção do conhecimento científico por outra lente compreensiva. Por fim, apresentaremos as considerações finais com os ganhos analíticos do presente estudo.

Gênero, hierarquias e ciência: conceitos e implicações

Para dar início à nossa discussão a respeito de como podemos abordar a criação das categorias de gênero como sendo uma construção sociocultural, que são problematizadas por abordagens feministas, nos valeremos das ideias desenvolvidas por Donna Haraway (2004) em seu texto *"Gênero" para um Dicionário Marxista: a Política Sexual de uma Palavra*. A autora apresenta, de maneira clara e objetiva, as diferentes abordagens marxistas e pós-estruturalistas no processo de significação do termo *Gênero* ao longo da bibliografia feminista, principalmente a norte-americana, do século XX. Haraway (2004) começa sua discussão identificando os diferentes significados que o termo tem em diferentes idiomas de origem europeia, exercício que vale a pena ser citado para que possamos refletir a partir de tais colocações:

"Gênero: Gender (inglês), Geschlecht (alemão), Genre (francês), Género (espanhol). [A raiz da palavra em inglês, francês e espanhol é o verbo latino generare, gerar, e a alteração latina gener-, raça ou tipo. Um sentido obsoleto de "to gender" em inglês é "copular" (Oxford English Dictionary). Os substantivos "Geschlecht", "Gender", "Genre" e "Género" se referem à idéia de espécie, tipo e classe. "Gênero" em inglês tem sido usado neste sentido "genérico", continuamente, pelo menos desde o século quatorze. Em francês,

Pedro Barbabela
Graduando em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas)

Contato:
<pedro.barbabela@gmail.com>

Bárbara Lopes Campos
Mestranda em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas).

Contato:
<barbara.angove@gmail.com>

Palavras-chaves:
Feminismo;
Construções de Gênero; Epistemologia Feminista.

Keywords:
Feminism; Gender Constructions; Feminist Epistemology.

alemão, espanhol e inglês, “gênero” refere-se a categorias gramaticais e literárias. As palavras modernas em inglês e alemão, “Gender” e “Geschlecht”, referem diretamente conceitos de sexo, sexualidade, diferença sexual, geração, engendramento e assim por diante, ao passo que em francês e em espanhol elas não parecem ter esses sentidos tão prontamente. Palavras próximas a “gênero” implicam em conceitos de parentesco, raça, taxonomia biológica, linguagem e nacionalidade. O substantivo “Geschlecht” tem o sentido de sexo, linhagem, raça e família, ao passo que a forma adjetivada “Geschlechtlich” significa, na tradução inglesa, sexual e marcado pelo gênero. Gênero é central para as construções e classificações de sistemas de diferença. A diferenciação complexa e a mistura de termos para “sexo” e “gênero” são parte da história política das palavras. Os significados médicos acrescentados a “sexo” se somam progressivamente a “gênero”, no inglês, através do século vinte” (HARAWAY, 2004, p. 209).

1 Because there is neither an “essence” that gender expresses or externalizes nor an objective ideal to which gender aspires, and because gender is not a fact, the various acts of gender create the idea of gender, and without those acts, there would be no gender at all. Gender is, thus, a construction that regularly conceals its genesis; the tacit collective agreement to perform, produce, and sustain discrete and polar genders as cultural fictions is obscured by the credibility of those productions – and the punishments that attend not agreeing to believe in them; the construction “compels” our belief in its necessity and naturalness. The historical possibilities materialized through various corporeal styles are nothing other than those punitively regulated cultural fictions alternately embodied and deflected under duress.

2 No original: “ruling gender” (HARTSOCK, 1985, p. 9).

Tendo em vista todos esses significados, de origem fisiológica/biológica, gramatical ou literária, Haraway (2004) chama atenção para o fato de todas essas definições fazerem parte de construções originadas de processos de diferenciação entre os indivíduos (sejam eles relacionados a questões raciais, sexuais ou coloniais). Dessa forma, tais construções provocam um questionamento por parte de teorias e perspectivas feministas, que tentam compreender a origem e a especificidade da opressão das mulheres em tais contextos socioculturais, “[problematizando] as alegações de utilização universal de conceitos relacionados a sexo e gênero” (HARAWAY, 2004, p. 210).

Nesse sentido, a crítica feminista em relação a conceitos de gênero busca, primeiramente, explicar e, posteriormente, transformar os sistemas hierárquicos históricos socialmente construídos, que estabelecem diferenças antagônicas entre homens e mulheres (HARAWAY, 2004). Tal observação da diferenciação existente entre características consideradas tipicamente masculinas ou femininas ganhou uma contribuição primordial na obra de Simone de Beauvoir, *O Segundo Sexo*, de 1949. No início dessa obra emblemática, Beauvoir (1967) afirma que:

“NINGUÉM nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino” (BEAUVOIR, 1967, p. 9).

A partir do questionamento, portanto, de tais construções produzidas pela socialização, o movimento de mulheres feministas ganhou força, principalmente no contexto da segunda metade do século XX. Destaca-se, assim, o período pós Segunda Guerra Mundial, “[...] no qual os fundamentos das vidas das mulheres num sistema dominado pelos homens, num mundo capitalista, estavam passando por reformulações básicas” (HARAWAY, 2004, p. 216).

Dessa forma, tendo como preocupação central o questionamento da posição desqualificada das mulheres, diversas feministas argumentam contra o determinismo biológico e a favor do construcionismo social (HARAWAY, 2004). Judith Butler (2007), em seu livro *Gender Trouble*, demonstra, através de sua perspectiva performática das dimensões de gênero, como os aspectos de experiências generificadas são naturalizados por meio da ficção regulatória da coerência heterossexual (BUTLER, 2007). Nesse sentido, gênero aparece como uma construção naturalizada por performances e coerção social. Nas palavras de Butler (2007):

“Porque não há nem uma “essência” que gênero expressa ou externaliza nem um ideal objetivo a que gênero aspira, e porque gênero não é um fato, os vários atos de gênero criam a ideia de gênero, e sem esses atos, não haveria gênero algum. Gênero é, portanto, uma construção que esconde regularmente a sua gênese; o acordo coletivo tácito para executar, produzir e sustentar os gêneros discretos e polares como ficções culturais é obscurecido pela credibilidade dessas produções – e as punições que existem a não concordar em acreditar neles; a construção “obriga” a nossa crença na sua necessidade e naturalidade. As possibilidades históricas materializadas através de vários estilos corporais não são outra coisa do que as ficções culturais punitiva reguladas alternadamente encarnados e defletidas sob coerção” (BUTLER, 2007, p. 190, tradução nossa¹).

Assim, entende-se que as performances sociais estão diretamente condicionadas ao contexto ao qual uma sociedade pertence. Dessa forma, a história das relações de gênero aparece como um elemento fundamental, que contribui para a ideia de gênero como construído ao lado da heteronormatividade

De forma semelhante, Gayle Rubin (1975), em seu artigo *The Traffic in Women: Notes on the “Political Economy” of Sex*, demonstra, através de uma abordagem marxista, como a heterossexualidade obrigatória está diretamente relacionada a uma divisão sexual do trabalho, que estabelece papéis e funções diferenciadas para homens e mulheres na sociedade, de modo que está associada com a opressão sofrida pelas mulheres. Tal obrigatoriedade naturaliza uma estrutura social ao usar o argumento da sexualidade biológica como determinante do sistema de relações sociais dominante, o patriarcado, no qual o homem exerce direitos sobre a mulher (RUBIN, 1975).

Dentro da abordagem feminista marxista, Nancy Hartsock (1985), em *Money, Sex, and Power: Toward a Feminist Historical Materialism*, enfatiza a importância de se pensar na divisão sexual do trabalho, que aparece como naturalizada na sociedade, enquanto forma de controle de um determinado “gênero que governa”², no caso, o masculino, por meio da qual os homens são designados a atividades produtivas enquanto as mulheres são designadas a atividades reprodutivas. Ao demonstrar essa diferenciação dos papéis e lugares ocupados por homens e mulheres, Hartsock (1985) lança as bases para um materialismo histórico feminista, voltado para desmascarar a dominação masculina.

Preocupada, também, com a criação do sistema de gênero, Sandra Harding (1983), em *Why Has The Sex/Gender System Become Visible Only Now?*, afirma que

"[o] sistema de sexo/gênero parece ser uma variável fundamental organizando a vida social ao longo da maior parte da história registrada e em todas as culturas atuais. Como racismo e classismo, é uma variável social, orgânica – não é meramente um efeito de outras causas, mais primárias" (HARDING, 1983, p. 132, tradução nossa³).

Assim, apesar de cada cultura apresentar suas especificidades e configurações diferenciadas, as identidades de gênero aparecem como uma forma de organizar as relações sociais por meio de uma estrutura específica que diferencia homens de mulheres (HARDING, 1983). Partindo de tais preocupações e ideias elaboradas pelas autoras feministas mencionadas até então, entende-se que a conscientização e a busca pelo entendimento dos sistemas de gênero e suas simbologias e materialidades para a realidade vivida pelas mulheres implicam em um compromisso com a mudança social transformadora e com a quebra de subjetividades dominadoras (HARAWAY, 2004). Tendo isso em mente, a próxima seção tem a intenção de estabelecer uma ligação entre tais preocupações e compromissos com abordagens epistemológicas feministas, no intuito de trazer tal reflexão para o âmbito do fazer da ciência, ou seja, de modo a repensar e reestruturar a forma como a pesquisa científica é realizada a partir da incorporação de uma lente feminista.

Epistemologia Feminista: um olhar diferenciado para a ciência

O termo epistemologia vem do grego *epistême* e pode ser compreendido como uma teoria que busca formular ou questionar o conhecimento científico, ou seja, a forma na qual o discurso tenta construir uma unidade universal do que é compreendido como ciência (GORTON, 2016). Ao longo da história, várias foram as tentativas de produção de um discurso científico universal, aplicável sob qualquer condição e contexto, porém, foi na tentativa de universalização do método, da passagem do conhecimento baseado nas lógicas e métodos das ciências naturais para as ciências sociais que a questão epistemológica ganhou destaque. A epistemologia empiricista positivista, que mais se adaptara às demandas da produção científica nas ciências naturais, mostrou-se falha e questionável ao se pensar a produção do conhecimento nas ciências humanas e sociais.

O principal ponto de divergência quanto à aplicabilidade da epistemologia empiricista positivista nas ciências humanas e sociais é o distanciamento entre o pesquisador e o objeto e a consequente criação de um mito da neutralidade, que disfarça a relação hierárquica de poder na qual o produtor de conhecimento impõe o seu campo de sentido e a forma como são dadas significações e sentidos ao objeto analisado (GORTON, 2016). Nessa epistemologia, procura-se aplicar o princípio da falseabilidade, buscando uma causalidade explicativa nas ciências sociais, método já utilizado nas ciências naturais. Todavia, a aplicação desta premissa se mostra complexa, visto que os fenômenos sociais dificilmente

podem ser explicados por leis gerais que moldam os comportamentos dos indivíduos.

A epistemologia feminista surge, então, para buscar compreender as diferentes maneiras pelas quais alguns marcadores sociais, como, por exemplo, o gênero, mas também a raça, etnia e sexualidade, podem influenciar nos entendimentos e nas práticas de investigação científica (ANDERSON, 2000). Assim, a epistemologia feminista busca explicitar as lacunas existentes do pensamento epistemológico hegemônico no que se refere à produção do conhecimento científico e às premissas de objetividade e neutralidade, para oferecer meios para repensá-los e produzir uma ciência preocupada e voltada para a sociedade.

Ao questionar os paradigmas presentes da epistemologia positivista popperiana, principalmente aqueles referentes à neutralidade entre pesquisador e pesquisado, e da ação racional do agente social, a epistemologia feminista surge como um terceiro⁴ caminho para se pensar o conhecimento (SILVA *et al.*, 2005). Assim, questionam-se as maneiras consideradas socialmente aceitas de se fazer ciência, as quais se mostraram enviesadas por ideologias e pensamentos que subalternizam as mulheres e as excluem da produção científica. Desta forma, a epistemologia feminista apresenta um caráter fortemente emancipatório ao formular e repensar as relações da produção da ciência, dando voz e visibilidade às mulheres, que permaneceram, durante muito tempo, marginalizadas no debate acadêmico/científico.

Com o início da participação das feministas no meio acadêmico, observou-se uma série de questionamentos relativos a conceitos e noções tomadas como verdadeiras, mas que, na verdade, possuíam um forte viés androcêntrico e sexista. Um exemplo⁵ apresenta-se no texto de Fox Keller (2006), que busca mostrar como as estruturas das ciências naturais eram descritas levando em conta padrões de hierarquia entre os gêneros. Os questionamentos em si já são de extrema importância para se iniciar os debates sobre a validade e real aplicabilidade da epistemologia canônica.

De maneira geral, muitas autoras, como Anderson (2000) e Silva *et al.* (2005), trabalham com a identificação de três principais correntes da epistemologia feminista, sendo elas o *empiricismo feminista*, as *teorias do ponto de vista* e a *pós-moderna*. Vale ressaltar que, na tentativa de categorizar as autoras que trabalham em cada uma das três vertentes da epistemologia feminista, caímos em um problema de arbitrariedade, devido, principalmente, ao fato de que, ao tipificar e enquadrar as autoras em cada linha, acabamos por agrupar pensadoras com ideologias muito distintas, que, muitas vezes, apresentam trabalhos e abordagens completamente diferentes (JANACK, 2016).

A primeira vertente parte da proposta naturalista da produção do conhecimento científico, buscando uma aplicação da lógica das leis gerais de explicação das ciências naturais para as ciências humanas e sociais. Assim, o empiricismo feminista tem o intuito de desmascarar as estruturas androcêntricas que, ainda hoje, estão no centro dos principais conceitos e pensamentos científicos, principalmente nas ciên-

3 *The sex/gender system appears to be a fundamental variable organizing social life throughout most recorded history and in every culture today. Like racism and classism, it is an organic social variable – it is not merely an "effect" of other, more primary, causes.*

4 Para Silva *et al.* (2005), podemos considerar as três correntes epistemológicas como sendo: a positivista, a interpretativista e a emancipatória (feminista).

5 Fox Keller (2006) apresenta um estudo realizado no campo da biologia para demonstrar como a ciência retratou as relações estabelecidas entre óvulo e espermatozoide como pertencentes a um sistema binário passivo/ativo, na qual o óvulo assumiria uma posição de imobilidade frente ao espermatozoide. Segundo a autora, com a entrada das mulheres nas ciências, novos olhares passam a influenciar a produção científica e hoje se sabe que o óvulo possui um caráter ativo no processo de fertilização.

cias naturais (FOX KELLER, 2006). As autoras dessa corrente buscam deixar claro que a ciência não é neutra, que tanto o conhecimento como o conhecer são situados e possuem concepções distintas, de modo que a ausência de neutralidade deve ser percebida e reconhecida.

A segunda vertente de pensamento, a teoria do ponto de vista, compreende que determinados grupos sociais politicamente marginalizados ocupam uma posição de privilégio epistêmico. Assim, esses indivíduos, que não pertencem ao grupo dominante, conseguem ter um olhar mais crítico e real da constituição e do funcionamento das estruturas sociais (HARTSOCK, 1987; JANACK, 2016). Na filosofia, Sandra Harding⁶ trabalhou com essa ideia do ponto de vista e ressaltou que não é necessário que o indivíduo faça parte do grupo marginalizado para trabalhar com essa corrente teórica, dando como exemplo o trabalho de Karl Marx sobre o proletariado, classe da qual não fazia parte (JANACK, 2016).

A terceira linha é a pós-moderna, que busca retratar como a linguagem e os sistemas de pensamento constroem discursivamente a realidade vivida. Destarte, há o entendimento de que as ações e as práticas são signos linguísticos, assim como as palavras. As feministas pós-modernas construíram suas críticas ao modelo canônico de ciência em duas principais direções: a primeira delas diz respeito à universalidade de conceitos como mulher, patriarcado e gênero, que, segundo elas, devem ser evitados. O segundo ponto da crítica, que nos remete à teoria do ponto de vista, refere-se à pluralidade de perspectivas, ou seja, como a categoria “mulher” é variada, não haveria como generalizar que todas as mulheres teriam um mesmo ponto de vista, sem levar em conta diversos outros marcadores que influenciam os indivíduos, como raça, classe e etnia (JANACK, 2016).

Após uma breve apresentação das contribuições de cada uma das vertentes da epistemologia feminista, daremos prosseguimento tentando demonstrar como os questionamentos e as problematizações das construções de gênero trazidas na primeira seção deste artigo se relacionam com o repensar da forma de se fazer ciência. Na próxima seção, buscaremos mostrar as tentativas de pensar a ciência sem uma postura de dominação, ou seja, a partir de uma posição que pretende trazer à tona situações de exclusão e marginalização de indivíduos para, por fim, transformá-los e emancipá-los.

Um caminho feminista para se fazer ciência: crítica aos binarismos

Como vimos até aqui, diferentes abordagens feministas partem do questionamento da existência de um sistema de dominância que construiu socialmente entendimentos de gênero através de uma hierarquia valorativa binária que caracteriza homens e mulheres como sendo diferentes e ocupantes de posições diferenciadas na hierarquia social. Essas construções servem de base de legitimação para uma série de desigualdades estruturais entre os indivíduos. Na tentativa de uma proposição contra hegemônica, que se opõe às construções hierárquicas e que busca enxergar a realidade social de forma diferenciada, as epistemologias feministas ganham destaque como um importante instrumento eman-

cipatório para mulheres e grupos marginalizados.

Com o reconhecimento e a aplicabilidade da epistemologia feminista no modo de se fazer ciência, observou-se uma pluralidade de questionamentos da estrutura tradicional. Diversas autoras, como Judith Butler (1988) e Nancy Hartsock (1985), buscaram criticar as estruturas binárias para desenvolver conceitos que não sigam com uma lógica binária de dominação. Para a epistemologia feminista, estruturas binárias são excludentes e limitantes e devem ser repensadas. Além disso, a desconstrução em si não é o objetivo central, mas sim a construção de algo novo a partir das críticas, o que consiste em um ponto de fundamental importância dessa forma de se pensar a ciência.

Em *Performative acts and Gender Constitution: an essay in Phenomenology and Feminist Theory*, Judith Butler (1988) busca caracterizar o gênero como um ato, mostrando que sua repetição estilizada produz a expressão de gênero. Assim, a possibilidade de transformação do gênero se encontra na possibilidade de quebra do ato ou uma repetição subversiva. Segundo a autora, a repetição é uma maneira mundana e ritualística de legitimar o ato, que tem como objetivo estratégico a manutenção desse sistema binário (BUTLER, 1988). Partindo dessa lógica, Butler (1988) reconhece a necessidade de se romper com as relações duais, principalmente a dualidade de gênero, que possui um caráter extremamente reducionista. Surge, então, o conceito de indivíduo *queer*, que seria aquele que contesta as normas dominantes da heteronormatividade (LOURO, 2001).

Saindo um pouco de uma perspectiva pós-estruturalista e abordando uma perspectiva feminista marxista, Nancy Hartsock (1985), em sua discussão sobre *Money, Sex, and Power: Toward a Feminist Historical Materialism* desenvolve o conceito de materialismo histórico feminista, que aparece como importante no entendimento de como a desigualdade entre homens e mulheres possui raízes históricas, materiais e, substancialmente, injustas. Para a autora, o marxismo fornece ferramentas epistemológicas importantes para entender todas as formas de dominação e, a partir dessa abordagem, ela assume uma perspectiva do ponto de vista feminista. Hartsock (1985) afirma que as vidas dos homens e das mulheres são estrutural e sistematicamente diferentes entre si e que a teoria marxista consegue explicar “[...] por que ambas instituições e ideologias patriarcais tomam formas tão perversas e mortais e como ambas teoria e prática podem ser redirecionadas para direções mais libertadoras” (HARTSOCK, 1985, p. 231, tradução nossa⁷).

Nesse sentido, um materialismo histórico feminista aparece como algo extremamente importante, uma vez que permite explicar os mecanismos estruturais pelos quais a forma capitalista do patriarcado opera (HARTSOCK, 1985). Tal estrutura estaria ligada à ideia de uma organização social da produção, que se baseia em uma divisão sexual de trabalho entre homens e mulheres, garantindo vantagens à supremacia masculina. Dessa forma, a autora expande e modifica a análise marxista de modo a entender as dimensões de gênero e, também, de classe das relações de dominação (HARTSOCK, 1985). A categoria analítica do materialismo histórico

6 Harding desenvolve seus estudos sobre epistemologia feminista e a teoria do ponto de vista em três principais obras, sendo elas: *The Science Question in Feminism* (1986), *Whose science? Whose knowledge?* (1991) e *Is Science Multicultural?: Postcolonialisms, Feminisms, and Epistemologies* (1998).

7 *Both why patriarchal institutions and ideologies take such perverse and deadly forms and how both theory and practice can be redirected in more liberatory directions.*

feminista representa, no espectro da epistemologia feminista, uma abordagem interessante no estudo de desigualdades estruturais de diferentes origens.

Assim, ao descrevermos os estudos e conceitos trabalhados por Butler (1988) e Hartsock (1985), observamos claramente a preocupação das autoras em construir uma nova estrutura analítica de compreensão dos objetos relativos a categorias de gênero, levando em conta as dinâmicas sociais vigentes e tentando romper, assim, com o quadro de dominação masculina, heteronormativa e patriarcal. As construções de novas abordagens e entendimentos como estes são, hoje, de grande relevância devido ao caráter ético que cada um deles tem, uma vez que há uma preocupação em produzir algo que possa ser usado pela e para a própria sociedade, no intuito de produzir justiça social e epistêmica, proporcionando cada vez mais espaço para a equidade, liberdade e pluralidade.

Considerações Finais

O presente artigo teve como objetivo problematizar como as construções de gênero oprimem e dificultam a participação das mulheres nas esferas da produção do conhecimento científico. Para tanto, buscamos aliar as discussões conceituais propostas por algumas autoras feministas ao debate de abordagens epistemológicas feministas. Entendemos que a participação e o ativismo das mulheres na academia sejam um fator de grande relevância para que as estruturas sociais, produtivas e culturais possam ser repensadas. Dessa forma, o estabelecimento de uma nova estrutura ou padrões de pensamento facilitaria a participação das mulheres em arenas que antes as excluíam ou limitavam seu

acesso.

Com base nesse entendimento, apresentamos as ideias de Donna Haraway (2004) sobre a construção social das categorias de gênero; juntamente com as problematizações iniciais de Simone de Beauvoir (1967) a respeito da constituição da mulher; a abordagem performática de Judith Butler (2007) sobre gênero no contexto da heteronormatividade; e, também, os questionamentos feministas marxistas relacionados à divisão sexual do trabalho e à dominação patriarcal levantados por Gayle Rubin (1975) e Nancy Hartsock (1985). A partir dessa discussão inicial, trouxemos algumas abordagens epistemológicas que aparecem como importantes instrumentos neste processo de empoderamento das mulheres, principalmente. A epistemologia feminista surge, nesse contexto da materialização de uma forma de se fazer ciência, que tenta superar os entendimentos amplamente difundidos na sociedade, que se sustentam no pensamento de um conjunto de indivíduos que compõem um *corpus* hegemônico. Através da breve discussão realizada, pretendemos contribuir para a compreensão da importância das abordagens epistemológicas feministas, uma vez que refletem a preocupação da produção de uma ciência no caminho da promoção de uma justiça social e epistêmica, ao reconhecer e transformar a realidade de indivíduos marginalizados por construções sociais, muitas vezes baseadas no gênero, em nossa sociedade.

Referências Bibliográficas

- ANDERSON, Elizabeth. (2000), "Feminist Epistemology and Philosophy of Science", in E.N. Zalta (org.), *Stanford Encyclopedia of Philosophy*, Stanford, Springer Netherlands. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/entries/feminism-epistemology/>>. Acessado em 04/06 de 2016.
- BEAUVOIR, Simone de. (1967), *O Segundo Sexo: 2. A Experiência Vivida*. Tradução de Sérgio Milliet. 2ª Edição, São Paulo, Difusão Européia do Livro.
- BUTLER, Judith. (1988), "Performative Acts and Gender Constitution: An Essay in Phenomenology".
- _____. (2007), *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. New York, Routledge.
- FOX KELLER, Evelyn. (2006), "Qual foi o impacto do feminismo na Ciência?" *Cadernos Pagu*, 27:13-24.
- GORTON, William A. (2016), "The Philosophy Of Social Science". *Internet Encyclopedia of Philosophy*. Disponível em: <<http://www.iep.utm.edu/soc-sci/>>. Acessado em 01/06 de 2016.
- HARAWAY, Donna. (2004), "Gênero para um Dicionário Marxista: a Política Sexual de uma Palavra". Tradução de Mariza Corrêa. Revisão de Iara Beleli. *Cadernos Pagu*, 22: 201-246; páginas.
- HARDING, Sandra. (1983), "Why Has The Sex/Gender System Become Visible Only Now?", in S. Harding & M. B. Hintikka (orgs.). *Discovering Reality*; v., n.: 311-324.
- HARTSOCK, Nancy C. M. (1985), *Money, Sex, and Power: Toward a Feminist Historical Materialism*. Boston, Northeastern University Press.
- _____. (1987), "The Feminist Standpoint: Developing the Ground for a Specifically Feminist Historical Materialism", in S. Harding & M. B. Hintikka (orgs.). *The feminist standpoint theory reader: intellectual and political controversies*, New York, Routledge.
- JANACK, Marianne. (2016), "Feminist Epistemology". *Internet Encyclopedia of Philosophy*. Disponível em: <<http://www.iep.utm.edu/fem-epis/#H1>>. Acessado em 25/06 de 2016.
- LOURO, Guacira Lopes. (2001), "Teoria Queer - uma política pós identitária para a educação". *Revista Estudos Feministas*, 9, 2: 541-553.
- PATEMAN, Carole. (1993), *O Contrato Sexual*. São Paulo, Paz e Terra.
- RUBIN, Gayle. (1975), "The Traffic in Women: Notes on the 'Political Economy' of Sex", in R. R. Reiter (org.). *Toward an*

